



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO - UAD
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCA DE SOUSA SILVA

**A PARTICULARIDADE DA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA
CONTEMPORANEIDADE: ENTRE OS NOVOS TRAÇOS E OS TRADICIONAIS**

SOUSA-PB
2015

SILVA, Francisca de Sousa.

A Particularidade da Imagem do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade: entre os novos traços e os tradicionais, no Ano de 2015./ Francisca de Sousa Silva. Sousa/PB: UFCG/CCJS, 2015.

53 p.

Monografia para Conclusão de Curso (graduação de Serviço Social)
Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof^a. Eliane Leite Mamede Soares

1.Autoimagem 2. Imagem 3. Serviço Social

FRANCISCA DE SOUSA SILVA

A PARTICULARIDADE DA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA
CONTEMPORANEIDADE: ENTRE OS NOVOS TRAÇOS E OS TRADICIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC
apresentado ao curso de Serviço Social,
da Universidade Federal de Campina
Grande – UFCG, tendo como parte dos
requisitos necessários para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Eliane Leite
Mamede Soares

FRANCISCA DE SOUSA SILVA

A PARTICULARIDADE DA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA
CONTEMPORANEIDADE: ENTRE OS NOVOS TRAÇOS E OS TRADICIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC
apresentado ao curso de Serviço Social,
da Universidade Federal de Campina
Grande – UFCG, tendo como parte dos
requisitos necessários para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof^a. Mestre Eliane Leite
Mamede Soares

Banca Examinadora: Data de aprovação: _____.

Orientador: Prof^a. Mestre Eliane Leite Mamede Soares (UFCG)

Membro: Prof^a. Mestre Maria da Conceição Félix (UFCG)

Membro: Prof. Mestre Luan Gomes dos Santos Oliveira(UFCG)

A minha família pelo carinho e por ter me tornado o que sou hoje, aos meus amigos pelo companheirismo e aos meus mestres pela paciência, sabedoria e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me dar coragem de seguir em frente mesmo com as dificuldades encontradas no caminho. Agradeço ao Senhor Jesus por me auxiliar nas batalhas da vida e me fazer crescer, mesmo quando teimo em desanimar!

À minha Mãe Avani, pelo amor, pela dedicação, pela paciência, pelo cuidado, pela compreensão, pelas fortes orações, por ser essa mãe amiga de todas as horas e por ter acreditado que eu conseguiria chegar até o final dessa etapa. Agradeço por ter aguentado os meus dias de mal humor. Essa VITÓRIA é nossa, e é através dela que eu irei lhe retribuir um pouco do que a senhora fez e faz por mim. Obrigada por tudo. TE AMO!

À minha família, por todo carinho, admiração e dedicação. Pelo incentivo e por sempre torcerem muito por mim, pelo meu sucesso.

À Eliane Mamede que, em muitos momentos se mostrou mais que uma orientadora, se revelou uma amiga-irmã, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se até com os problemas pessoais pelos quais passei durante esse período de construção do TCC. Foi sua voz que me levantou nas horas difíceis, que me deu novas forças, que mostrou que cada dia é uma nova renovação. Obrigada pelos momentos de grande ternura, por sempre estar disposta a me estender a mão para ajudar. E, principalmente, obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo de todos esses meses de trabalho. Sem sua orientação, apoio, carinho e amizade, não somente nesse trabalho, mas em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso seria possível. Jamais esquecerei o que você fez por mim. Nossa amizade é um verdadeiro privilégio que eu quero continuar a estimar.

À professora e coordenadora do curso, Conceição Félix, um exemplo de simplicidade e doçura! Agradeço pelo apoio, pela compreensão, pela amizade e pelas conversas sempre animadas. És especial para mim!

Ao professor Luan Santos, pessoa de coração puro, que aos poucos se tornou um amigo presente em todos os momentos, sempre atencioso, alegre, confiante e que

me ensinou que com fé, paciência e determinação se chega a qualquer lugar, pois o impossível não existe aos olhos de Deus, porém, que é preciso acreditar e agir.

Às sinceras companheiras-amigas que a vida me presenteou, Fernanda Valentin, Luzia Caetano, Natacha Ferreira, Sílvia Luís, Jaciele Bezerra, Michelle Gama e Juliana Lacerda. Obrigada por me fazer acreditar que seria possível a realização dessa etapa.

Ao pessoal da Residência Universitária: Doniêgo, Deuzilândia, Yasmin, Joelma e Ana Paula pelo carinho, compreensão e os laços de amizade que construímos.

A todos os professores do curso de Serviço Social da UFCG, que durante estes quatro anos contribuíram significativamente para minha formação tanto profissional quanto pessoal.

À assistente social da Universidade Federal de Campina Grande Campus de Sousa Consuelo Barreto, por ser essa mãe tão acolhedora e por compreender o que é a vida de uma estudante fora de casa!

Aos funcionários e colaboradores do CCJS, em especial aos amigos da Biblioteca, pelo apoio, pela compreensão e pela torcida.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

“Dentro de mim há um poço muito fundo. E lá dentro está Deus. Às vezes consigo lá chegar. Mas acontece mais frequentemente haver pedras e cascalho no poço, e aí Deus está soterrado. Então é preciso desenterrá-lo”. (Etty Hillesum)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a imagem do Serviço Social brasileiro numa perspectiva sócio-histórica. Para tanto, discutiu os fundamentos e as perspectivas de análises construídas acerca da imagem (e da autoimagem) profissional do Serviço Social, bem como traça o percurso histórico da profissão, destacando-as particularidades que a profissão assume na divisão sócio-técnica do trabalho. Tendo em vista compreender o objeto em suas múltiplas conexões e dimensões, optou-se pelo método dialético, cuja opção revela a intenção de aproximações sucessivas do objeto investigado e considera os limites temporais e os passos iniciais da pesquisadora no universo da pesquisa. Recorreu-se, também, a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa tendo em vista alcançar nos objetivos propostos. Diante das análises realizadas, entende-se que a imagem do Serviço Social, atualmente, é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde a emergência da profissão no Brasil) e outros considerados novos e advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão nas últimas décadas. A auto-imagem, por sua vez, se expressa no universo profissional, de modo hegemônico e não homogêneo, no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Autoimagem. Imagem. Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the image and self-image of the Brazilian Social Service in a socio-historical perspective. To this end, discussed the fundamentals and prospects of analyses built on the image (and the self-image) Social Service Professional, as well as traces the history of the profession, highlighting the peculiarities that the profession takes on socio-technical division of labour. In order to understand the object in its multiple dimensions and connections, we opted for the dialectical method, whose option reveals the intention of successive approximations of the investigated object and considers the time limits and the initial steps of the researcher in the search universe. Appealed also the bibliographical research of qualitative approach in order to achieve the proposed objectives. On the analyses carried out, it is understood that the image of the Social Service is currently crossed by traditional elements (existing since the emergence of the profession in Brazil) and others considered new and from a broad intellectual and political maturation process of the profession in recent decades. The self-image, in turn, expresses itself in the universe, so professional and not homogeneous in the hegemonic Project Ethical-political Social Service.

Keywords: Image; Self-image; Social Service.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS- Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social

CEAS- Conselho Estadual de Assistência Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRASS- Conselho Regional de Assistência Social

CF- Constituição Federal

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: CONCEPÇÕES E TRAÇOS DE UMA DETERMINADA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	15
1.1 Entendendo os significados do termo imagem e seu debate no Serviço Social	15
1.2 Os elementos que circunscrevem a imagem socialmente determinada do Serviço Social no Brasil	24
CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	30
2.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil: institucionalização e legitimação da profissão	30
2.2 O Serviço Social brasileiro e o processo de renovação: movimentos, redefinições e a emergência de novos referenciais.	37
2.3 O Serviço Social brasileiro e as atuais tendências na cena contemporânea	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a imagem do Serviço Social brasileiro, cuja explicação está firmada no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que constituem o tecido das relações sociais inerentes ao sistema capitalista. Numa perspectiva histórica e conceitual, abordamos os fundamentos e as perspectivas de análises construídas acerca da imagem profissional do Serviço Social, bem como traçamos o percurso histórico da profissão, destacando para tanto as particularidades que a profissão assume na divisão sócio-técnica do trabalho. Pois, refletir sobre a imagem profissional do Serviço Social implica situá-la como um processo em constante construção e tensionamento, situado em contextos históricos específicos e no movimento de mudanças no universo profissional da categoria.

Partimos do entendimento de que a imagem do Serviço Social na atualidade se caracteriza pela junção da sua imagem socialmente consolidada no país (imagem social) com a autoimagem profissional dos assistentes sociais (ORTIZ, 2010). Desse modo, a imagem social se refere à imagem que a profissão tem construído ao longo dos anos diante da sociedade, dos órgãos empregadores e dos indivíduos que recebem seus serviços diretamente. Por isso, deve ser apreendida como uma expressão coletiva, pois surge através da forma como os sujeitos em geral entendem, explicam e representam a profissão. A auto-imagem, por seu turno, se refere a imagem que os assistentes sociais possuem da profissão e de si próprios, cuja expressão se encontra plasmada no Projeto Ético-Político da profissão.

O interesse pela temática partiu-se, inicialmente, das inquietações surgidas em sala de aula, de modo específico, nas disciplinas que envolvem os Fundamentos do Serviço Social. Durante o largo período da formação, o anseio em investigar a atual configuração da imagem do Serviço Social ganhou novo fôlego, sobretudo, após as experiências vivenciadas no período do Estágio Supervisionado, realizado no Núcleo de Apoio à Saúde da Família na Cidade de Sousa/PB, em que foi possível perceber, apesar dos avanços que a profissão incorporou mediante o processo de crítica e rupturas com seu histórico conservadorismo, que ela ainda é concebida como um tipo de ajuda, baseada na vocação e na boa vontade. Nessa

experiência se constatou, ainda, em algumas ocasiões, respostas dos profissionais de Serviço Social de caráter assistencialistas e imediatistas junto aos sujeitos demandatários dos serviços, justificadas por um discurso que culpabilizava as precárias condições de trabalho, as quais impediam a realização de ações que correspondessem aos anseios dos profissionais, causando-lhes inquietação e questionamentos acerca do Projeto Ético-Político da profissão. O que resulta, dentre outros determinantes, no reforço à imagem do profissional da “ajuda”, socialmente consolidada no histórico passado do Serviço Social.

Trata-se de um estudo analítico crítico, cuja opção revela a intenção de aproximações sucessivas do objeto investigado e considera os limites temporais e os passos iniciais da pesquisadora no universo da pesquisa. Pois, compreende-se que é tarefa árdua a análise acerca da complexidade e das especificidades que perpassam a imagem do Serviço Social brasileiro no curso da sua história passada e na contemporaneidade. Tendo em vista compreender o objeto em suas múltiplas conexões e dimensões, optou-se pelo método dialético, visto que este “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos, quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL 2008, p. 14).

Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, que permitiu proceder com a leitura crítica, ampliada e rigorosa sobre obras de relevância que desenvolvem a temática. Dentre elas podemos citar os seguintes autores estudados: Aguiar (2011), Barroco (2009), Guerra (2005), lamamoto (1992, 2010), lamamoto e Carvalho (2009), Montañó (2009), Mota (2005), Netto (2009; 2010, 2011), Ortiz (2007; 2010), Soares Santos (2013), Yazbek (2010) que nos auxiliaram na abordagem dos elementos que compõem a imagem do Serviço Social na contemporaneidade e do histórico dessa imagem frente às mudanças societárias e no aparato teórico-metodológico da profissão.

Dito isso, para uma melhor exposição e desenvoltura da temática, o estudo está subdividido em dois capítulos. No primeiro, encontramos uma análise sobre o conceito de imagem sob a lente da perspectiva histórico-crítica de Marx, como contraponto ao conceito de representações sociais. Além disso, pretendeu-se

construir uma discussão sobre os elementos que circunscrevem a imagem do Serviço Social na atualidade.

O segundo capítulo discorre análises sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil desde sua gênese, na década de 1930, até a contemporaneidade, ressaltando o processo de construção (e consolidação) do Projeto Ético-Político da profissão, o qual vem sendo ameaçado por uma forte ofensiva do ideário neoliberal que dificulta a consolidação do novo perfil profissional.

A relevância do presente trabalho compreende na busca por contribuir com a discussão sobre a imagem profissional do Serviço Social, visto que há pouca ou quase nenhuma discussão acerca desse tema no interior da categoria. Nesse sentido, a partir desse estudo que prima pela análise teórica, materializada pela articulação entre os fundamentos desenvolvidos por diversos autores que seguem uma linha construtiva crítica acerca do objeto pesquisado, pretende-se colaborar como material de consulta para os futuros pesquisadores interessados no conteúdo do mesmo, como também ampliar o acervo bibliográfico já existente na área do Serviço Social.

CAPÍTULO I: CONCEPÇÕES E TRAÇOS DE UMA DETERMINADA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo consiste em contribuir com a reflexão acerca da imagem do Serviço Social e sua problematização na cena contemporânea. Desse modo, objetiva-se trazer a imagem dessa profissão ao centro do debate, visto que os estudos sobre a temática ainda são escassos diante da importância que tais elementos assumem continuamente no seio profissional e no espaço societário.

Nesses termos, a imagem do Serviço Social é uma temática que não tem lugar de destaque no campo dos aportes teórico-metodológicos que justificam o debate a respeito da história e da formação profissional em Serviço Social. Pelo contrário, trata-se de uma temática nova que começa a aparecer como possibilidade explicativa sobre algumas características da profissão somente depois dos anos 2000¹.

Entende-se que o Serviço Social detém um projeto profissional que apresenta uma imagem a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la, e, por suposto, o assistente social na reafirmação cotidiana de seu projeto profissional imprime e atualiza a direção social hegemônica ao seu exercício profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para iniciar a análise sobre o tema em questão, é indispensável esclarecer o conceito de imagem, o qual será trabalhado a seguir.

1.1 Entendendo os significados do termo imagem e seu debate no Serviço Social

Na língua portuguesa é possível verificar os significados do termo *imagem* da seguinte maneira:

¹ A principal produção de nosso conhecimento acerca da temática da *Imagem do Serviço Social* é a Tese de Doutorado de Fátima Grave Ortiz – “A Imagem do Serviço Social no Brasil: avanços e continuidades”. Rio de Janeiro, 2006. Curso de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Representação gráfica, plástica ou fotográfica de uma pessoa ou objeto; representação dinâmica, cinematográfica, de pessoa, animal, objeto, cena etc; representação exata ou analógica de um ser, de uma coisa; representação mental de um objeto, de uma impressão etc. (DICIONÁRIO AURÉLIO, p.350, 1988).

Diante do exposto, observa-se que na definição do conceito imagem encontramos dois domínios: um de caráter objetivo, e outro subjetivo. O primeiro está relacionado com a representação visual, tais como expressam as imagens de televisão, fotografias, desenhos e outras ilustrações. Já o segundo relaciona-se com o modo particular com que cada indivíduo visualiza e processa as imagens, estando em evidência, portanto, a forma como o indivíduo compreende, raciocina, analisa, reconhece, percebe ou mesmo imagina um determinado objeto ou realidade, construindo-o a partir das ideias projetadas na sua consciência. Tal perspectiva de análise é, comumente, feita quando se toma como base a chamada Teoria das Representações Sociais².

A princípio, é importante ressaltar que o debate acerca da Teoria das Representações Sociais, travado por diversos autores da Sociologia e da Psicologia Social, não é objetivo nesse trabalho. No entanto destacamos a definição de Acosta (2005, p. 22), que define de forma compreensível as representações sociais como: “[...] atividades de reprodução, no plano cognitivo (esquemas mentais ou imagens), que as pessoas utilizam para fazer sentido do mundo e para se comunicar, ou seja, interagir com os outros”.

A mesma autora utiliza o entendimento do psicólogo social e criador do conceito de Representação Social, Serge Moscovici, que enfatiza o homem como um ser pensador ativo e criativo, que constrói a si mesmo e a sociedade em que vive por meio de suas inclusões cognitivas, atitudinais, e informações por ele apreendidas mentalmente. Desse modo, trabalhamos mentalmente com imagens, como se operássemos sobre a realidade e, assim, a transformamos mediante imagens que construímos dela. Em outros termos, os homens modificam o mundo à medida que modificam as imagens mentais a respeito dele.

² As representações sociais têm no psicólogo social Serge Moscovici a sua primeira base teórica, em 1961, através da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”.

Sobrepondo essa linha de raciocínio, a referida autora aponta que:

[...] as imagens não são manifestações concretas nem passivas, mas elaborações constituintes do pensamento e, como tal são construídas no universo mental, sobrepondo-se, alterando-se e transformando-se constantemente. (ACOSTA, 2005, p. 24).

Pode-se notar que a autora entende que as imagens não são coisas concretas, mas são criadas como parte do ato de pensar. Assim, o real existe a partir das idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida.

Paralelamente, a dialética não aceita o mundo das representações e do pensamento comum sob o seu aspecto imediato, “submetendo-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade” (Santos, 2013 apud Kosik, 1989, p. 17).

Em termos gerais, Marx se diferencia dos pensadores que seguem a Teoria das Representações, pois privilegia a busca da essência das coisas, sendo esta um princípio fundamental, ou seja, ele parte do conhecimento empírico, mas não o toma como conhecimento do real. O empírico é, para ele, um nível necessário do real, mas que tem de ser superado pela razão. Ou, nas palavras de Kosik (1989), a dialética trata da “coisa em si”, e não se manifesta imediatamente ao homem, para conhece-la é necessário um esforço. (Santos, 2013, p. 19).

Tendo como foco analisar a imagem historicamente construída pelo Serviço Social no Brasil utilizaremos, para tanto, da lente da perspectiva histórico-crítica de Marx, que nos permite compreender que não se pode restringir a análise da imagem profissional como algo decorrente somente das ideias projetadas na consciência dos sujeitos. Visto que, compartilhamos da seguinte concepção:

A produção de ideias, representações, da consciência está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanação direta de seu comportamento material. (MARX & ENGELS, 1993 apud ORTIZ, 2010, p. 14).

Estas considerações são importantes porque permitem sinalizar que as ideias, as representações e a imagem que se tem de alguma coisa não existem fora e acima dos homens. Pelo contrário, são produzidas pelos próprios homens a partir do processo de vida real e material. Nessa passagem, Marx e Engels reforçam sua concepção de que a vida material (realidade objetiva) é resultado da ação recíproca dos homens, oferecendo um destaque à atividade material ao defender uma primazia da realidade objetiva em relação à consciência humana – vista como proveniente direta “[...] de seu comportamento material.” (idem). Nesse sentido, percebe-se que a formação das ideias, das representações, da consciência é resultante da prática material, sendo, portanto, construções humanas posteriores ao real.

Como se pode notar, não podemos limitar a análise da imagem construída e reproduzida por uma determinada profissão como algo totalmente abstrato, e assim desvinculado da realidade objetiva, mas como [...] “um conjunto de determinados traços e características, os quais se encontram intrinsecamente implicados por condições materiais de existência historicamente determinadas” [...] (ORTIZ, 2007, p. 13). Nesses termos, a imagem profissional só pode ser explicada e entendida pela análise concreta das particularidades que esta profissão assume na divisão social e técnica do trabalho e a relação que ela estabelece com as requisições sócio-profissionais, o que significa por em pauta as peculiaridades sócio-históricas da realidade brasileira.

Logo, a Teoria das Representações Sociais não dispõe de meios necessários para tal, uma vez que não contém o conjunto de mediações fundamentais à articulação entre o singular e o universal, com intuito de compreender a particularidade do objeto estudado.

Feito essas considerações, deixamos claro que será utilizado nesse trabalho monográfico à concepção de imagem trabalhada por Ortiz (2007), cuja tese se ancora no entendimento de que *imagem* expressa à apreensão que o homem faz da realidade. No entanto, não pode ser confundido com ela, pois tal processo é insuficiente para a compreensão da essência da realidade, uma vez que, segundo a Teoria Marxista, “a realidade é muito mais complexa e dinâmica que o conhecimento

que é produzido sobre ela, sendo o processo humano de conhecimento sempre aproximativo e provisório do real.” (Santos, 2013, p. 21).

Destacamos que,

[...] a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK *apud* ORTIZ, 2007, p. 29).

Partindo dessa compreensão, fica evidente que imagem e realidade (aparência e essência) não podem ser entendidas como a mesma coisa. Por isso, devemos apreender a relação e a diferença entre ambas. Grosso modo, essência é a natureza íntima das coisas, é o que se faz ser, o que é distintivo o seu respeito. Já a aparência é o aspecto ou aquilo que se mostra superficialmente ou à primeira vista.

Ortiz (2007) aponta que apesar da essência e a aparência fenomênica compõem dialeticamente a mesma realidade, existe uma diferença crucial entre elas. Enquanto a análise da essência é capaz de explicar determinado objeto ou processo, a análise da aparência fenomênica não é capaz. Isto é, a aparência fenomênica se manifesta de forma direta na sua imediaticidade por isso que sua análise não consegue de explicar determinado objeto ou processo. Já a essência consegue por que ela não se manifesta de forma direta, é preciso que haja a análise científica.

Assim, a aparência, o empírico, é o ponto de partida para o conhecimento, sem, contudo, se limitar a ele. Marx chama esse ponto de partida como o “caminho de ida”; sendo necessário perfazer o “caminho de volta” – ponto de chegada.

O caminho de ida é o primeiro momento: o momento em que nos deparamos com a ‘representação caótica do todo’, pois ainda não se entrou em contato com as várias determinações que constituem esse todo, não se alcançou a universalidade. Nesse momento, o concreto se mostra na sua aparência. [...] Dessa forma, [...] parte-se da aparência, do imediato, da busca de suas conexões, de suas determinações, postos pela prática. Já o caminho de volta é o momento em que, pela compreensão do concreto em sua universalidade, volta-se para ele, mas não mais como um concreto apropriado apenas na sua aparência. Ele se tornou um concreto pensado, o sujeito o vê em suas conexões, contradições, em sua

totalidade. Nesse sentido, aparência e essência se encontram. (SANTOS, 2013, p. 20-21).

Todavia, na ordem burguesa tende-se a exaltar a aparência e a ocultar a essência, fazendo com que uma se confunda com a outra, e assim a essência pareça não existir, ou seja, vista como desnecessária. Desse modo, ao buscar incessantemente camuflar a essência, apresentando apenas a aparência fenomênica como verdadeira, o sistema capitalista passa a negar a relação dialética existente entre elas. Além disso, oculta as contradições da vida social, naturalizado as diferenças e, portanto, negando as contradições internas.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX & ENGELS *apud* ORTIZ, 2007, p 30).

A classe dominante, além de ter o domínio sobre os meios de produção, sobre a riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, sobre as relações sociais, econômicas e políticas, também domina enquanto pensadores, como produtores de ideias. Assim, as ideias produzidas pela burguesia tendem a serem incorporadas como universais a toda humanidade, como se não houvesse nada anteriormente ou posteriormente. Ou seja, é como se essas ideias “[...] não fossem produzidas pelos próprios homens submetidos a condições de existência historicamente determinadas” (ORTIZ, 2007, p. 31).

Ademais, fundados na compreensão que "a imagem consiste, portanto, na forma fenomênica da "coisa em si" capturada pela consciência, que ora me fornece elementos para o desvelamento de meu objeto, ora intenta travesti-lo" (ORTIZ, 2007, p. 33), podemos afirmar, no que diz respeito à imagem do Serviço Social no Brasil, que essa profissão é caracterizada pela junção da sua **imagem socialmente consolidada** no país (imagem social) com a **autoimagem profissional** dos assistentes sociais. Vejamos melhor esses significados:

A imagem social do Serviço Social e a auto-imagem que portam seus sujeitos profissionais constituem-se em totalidades, que possuem simultaneamente elementos que as relacionam e traços que as autonomizam entre si, e juntas constituem a imagem da profissão no Brasil. Assim, enquanto a imagem socialmente existente do Serviço Social deriva das particularidades que esta profissão assume na divisão social e técnica do trabalho; a imagem que os assistentes sociais possuem da profissão e de si próprios, cuja expressão maior encontra-se plasmada no projeto profissional hegemônico, e que qualifico como autoimagem profissional, não consiste em uma espécie de “cópia fiel” da imagem que socialmente esta profissão detém; mas, revela-se enquanto um conjunto de representações capturado da realidade social e histórica e metabolizado por estes profissionais, o que significa dizer que ao mesmo tempo em que a autoimagem profissional é inspirada na imagem da profissão socialmente posta, esta também tende a inspirá-la. (ORTIZ, 2010, p. 01).

A autora enfatiza que esta imagem socialmente existente se condiciona ainda à relação que a profissão estabelece com as requisições sócio-profissionais, respondendo a determinados interesses, próprios de um período histórico específico. Nesse sentido, a imagem social se refere à imagem que a profissão tem construído ao longo dos anos diante da sociedade, dos órgãos empregadores e dos indivíduos que recebem seus serviços diretamente. Por isso, deve ser apreendida como uma expressão coletiva, pois surge através da forma como os sujeitos em geral entendem, explicam e representam a profissão.

Ao retomar a análise acerca de auto-imagem, cujo termo caracteriza-se pela auto-percepção que os sujeitos profissionais possuem da profissão e de si mesmos, atualmente no Serviço Social se expressa no Projeto Ético-Político da profissão (ou projeto profissional hegemônico). É neste sentido que Netto (2009, p. 142) afirma que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

O autor reforça a ideia de o projeto profissional representar a auto-imagem da profissão, justamente por expressar o direcionamento ético e político que a categoria profissional pretende materializar no exercício profissional. Tal projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

Os projetos societários, por sua vez, são projetos macroscópicos, compreendido por propostas para o *conjunto* da sociedade, construídos coletivamente,

[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. (NETTO, 2009, p. 145).

Apesar de terem significados distintos, existe uma relação entre os projetos profissionais e os projetos societários. Ambos se renovam e se modificam, assim como possuem inelimináveis dimensões políticas,

[...] seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. (NETTO, 2009, p. 145).

É bem verdade que os projetos profissionais não são construídos sobre abstrações ou ideações, muito pelo contrário são construídos sob determinado contexto social, gestados a partir de determinadas perspectivas societárias. Nesse sentido, a trajetória histórica dos projetos profissionais remete-os às conjunturas sócio-econômicas em que foram construídos, as quais irão influenciar as possibilidades de materialização dos seus princípios e valores. Podemos afirmar que a construção do atual projeto profissional do Serviço Social perpassou pelos influxos ocorridos no bojo do processo de renovação da profissão e da redemocratização do país, e expressou o anseio do coletivo profissional de:

[...] assegurar a contemporaneidade do Serviço Social, isto é, sua conciliação com a história presente, afirmando-o como capaz de decifrar a sociedade brasileira e, nela, [...] construir respostas que

possibilitem ao Serviço Social confirmar-se como necessário no espaço e tempo dessa sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 223).

No cerne histórico do tempo presente, embora sejam inúmeros os desafios e exigências profissionais postos pelas transformações sociais contemporâneas, operadas pela programática neoliberal sob o comando do capital financeiro, enfrentá-los significará a superação de anteriores debilidades e a construção de competências e compromissos profissionais, no interior das forças sociais progressistas, tendo em vista privilegiar a garantia dos direitos sociais conquistados.

Logicamente este enfrentamento dado pela prática profissional só pode ter fundamento a partir da existência de um projeto profissional com suas dimensões ética e política, construído coletivamente, que reforce este protagonismo relativo do corpo profissional. “Sem isso, deriva-se inevitavelmente no “messianismo” das vontades e opções individuais ou no “fatalismo” que reside na resignação a respeito dos condicionantes sistêmicos.” (Montaño, 2006, p. 143)

É nessa moldura que se encaixa o atual projeto profissional do Serviço Social que,

Do ponto de vista estritamente profissional, [...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (Netto, 2009, p.155)

As considerações levantadas até aqui, permite-nos apontar a evidência de uma nova imagem da profissão: um Serviço Social identificado com a defesa dos direitos e parâmetros de uma direção social estratégica não conservadora e anticapitalista. Em consonância com esse patamar, têm-se o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) que compõem a estrutura básica do Projeto Ético-Político do Serviço Social, documentos estes que perpassam a profissão do momento da formação acadêmica até o efetivo exercício profissional.

Considerando-se a afirmação anterior de que a imagem socialmente construída do Serviço Social deriva das particularidades que a profissão assume na divisão sócio-técnica do trabalho, analisaremos a seguir os elementos que circunscrevem essa imagem a partir do espaço da prática profissional.

1.2 Os elementos que circunscrevem a imagem socialmente determinada do Serviço Social no Brasil

O significado da profissão de Serviço Social só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, tendo em vista que a análise da profissão vai além do estudo de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas. A partir dessa perspectiva de análise busca-se desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido no movimento do cenário sócio-histórico, as quais são determinantes que envolvem a imagem socialmente determinada da profissão.

Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (YAZBEK, 2010, p. 126-127).

O espaço da prática profissional é revelador de traços importantes para o entendimento em relação à imagem social do Serviço Social que são expressos, dentre outros determinantes, pelos significados das ações, dos valores, da função social que assume e seus objetivos, bem como dos conhecimentos teóricos e saberes interventivos que atravessam historicamente o exercício da profissão e, conseqüentemente, incidem diretamente na imagem socialmente consolidada do Serviço Social no Brasil. Assim, é necessário se debruçar sobre essas características, considerando-se que tal entendimento constrói-se no cotidiano profissional e “[...] a partir da forma como os agentes profissionais percebem, atuam e desenvolvem as atribuições a eles designadas”. (Ortiz, 2007, p. 183).

No decorrer dos anos de 1980 a 1990, o Serviço Social no Brasil passou por um amplo processo de renovação crítica oriundo do circuito sócio-político e histórico da América Latina, decorrido nos anos 1960, “que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais”. (IAMAMOTO, 2010, p. 223). A partir desse processo, emerge e se fortalece no seio da categoria profissional e principalmente entre suas entidades representativas, uma autoimagem atrelada e formalmente comprometida com os interesses majoritários da população brasileira, e mais especificamente com a luta pela garantia de seus direitos.

A partir de então, o Serviço Social passa a enfrentar os desafios provenientes dessa autoimagem de caráter progressista, que questiona e problematiza seu papel na sociedade, tendo em vista assumir perfis mais críticos e comprometidos com os interesses dos trabalhadores e dos setores subalternos.

Apesar dessas mudanças, o Serviço Social ainda carrega uma forte herança conservadora, que acaba por manter a imagem social da profissão vinculada ao tradicionalismo conservador. Nesses termos, a imagem socialmente existente do Serviço Social no Brasil ainda está atrelada a traços tradicionais que originalmente constituíram a profissão. Podemos citar como exemplos o ideário vocacional e missionário, além do caráter subalterno ainda presente nos dias de hoje.

Desse modo, a imagem do Serviço Social se constitui nessa relação tensa entre traços tradicionais e renovados, como aponta Ortiz:

[...] parte-se do pressuposto de que há em curso na atualidade, no bojo da chamada imagem da profissão uma tensão que, ao mesmo tempo em que nega tais aspectos que circunscrevem a profissão e seu exercício [...] tende em muitas situações a reproduzi-los. Desta maneira, vários elementos que circunscrevem a imagem socialmente existente do Serviço Social, tais como, o perfil voluntarista, a subalternidade, a existência de respostas imediatas e geralmente limitadas ao nível da aparência da situação demandada, o primado dos valores morais do agente profissional sobre sua “especialização” técnica e a conseqüente desqualificação da teoria, dentre outros, parecem conviver com outras representações, que apontam para a construção de uma nova autoimagem profissional – aquela do profissional que defende e luta por direitos sociais e reconhece seu papel e limites na divisão social e técnica do trabalho, presente no projeto profissional hegemônico na atualidade. (ORTIZ, 2010, p. 142).

Ainda que o assistente social tenha se constituído enquanto profissional e trabalhador assalariado, o qual vende sua força de trabalho e se depara com os limites e desafios advindos desta condição, a imagem social que se consolidou a respeito da profissão está intimamente ligada ao modo particular de como as refrações da “questão social” – objeto de trabalho do assistente social – são tratadas na intrínseca ordem burguesa do país. Isso quer dizer que, no Brasil, o padrão de respostas e/ou de enfrentamentos sobre as expressões da “questão social” – marcado historicamente por processos como o clientelismo, paternalismo e uma parca participação das massas nas decisões nacionais – incide diretamente na forma como a sociedade, de modo geral, compreende e define a profissão e o seu fazer profissional.

Com efeito, ainda hoje no contexto de crise capitalista, como solução parcial à mesma, tem-se o neoliberalismo que, segundo Montaño (2006), pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e inclusive eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nessa nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à “questão social”. Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada com a auto-ajuda e com a ajuda-mútua.

Diante do exposto, conforme as refrações da “questão social” são tratadas no Brasil, infiltradas pelas influências do voluntarismo, da benevolência, do cuidado paternalista, da concessão, do favor e da ajuda, a imagem social que se consolidou a respeito da profissão de Serviço Social, especialmente, está ligada à mocinha boazinha que ajuda a quem precisa.

Prosseguindo a análise, como as expressões da “questão social” no país sempre foram tratadas pela via da “ideologia do favor,” criou-se o pensamento que essa tarefa poderia ser feita por qualquer pessoa que tenha boa vontade, que seja paciente e/ou saiba ouvir. Diante desse quadro Ortiz (2010) faz as seguintes indagações: “Será o assistente social um trabalhador ou simplesmente aquele que tem, acima de tudo, vocação para atender o público? Se a vocação tende a falar

mais alto que a profissionalidade, será possível a esse profissional se perceber na atualidade como participante da mesma classe social que a de seu usuário?”. Diante disso, constrói-se a ideia de que o assistente social precisa ter prioritariamente, "boa vontade", "vocação" e um "dom natural", sendo "o agente da boa vontade". Frequentemente, há a identificação da prática profissional com estes traços altruístas e messiânicos.

No que concerne a ideia de vocação, ainda presente na profissão e no discurso sobre ela, Iamamoto e Carvalho (2009) destacam as seguintes observações:

A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como uma escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a que só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que, antes de ser trabalho, é uma missão. Dessa imagem social, historicamente plasmada e freqüentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressiva em suas origens, mas ainda vigente, talvez, através de uma roupagem mais secularizada: não mais o discurso carregado da linguagem explícita do apostolado cristão, mas do agente voltado para a ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 85).

Como explicita a citação, a emergência do Serviço Social como profissão, muitas vezes foi confundido com a evolução das “formas não-profissionais de ajuda”. Na verdade, a profissão surge e se expande embrionariamente vinculada ao surgimento e à expansão das políticas sociais estatais. Estas últimas constituem-se, assim, na “base de sustentação funcional-ocupacional” da profissão. O assistente social, por sua vez, surge como implementador das políticas sociais; dessa forma, o que sucede com estas, atinge e afeta aquele. (Montaño, 2006).

Decerto, nos primórdios da profissão, os assistentes sociais eram pertencentes aos setores abastados da sociedade. Logo, “o que levou os pioneiros a buscarem o Serviço Social não foi a necessidade de incorporação imediata ao mercado de trabalho, mas a vocação e o interesse pessoal em aperfeiçoar o apostolado”. (ORTIZ *apud* Iamamoto; Carvalho, 2009, p.163-164).

Com o passar dos anos, houve a inclusão do Curso de Serviço Social nas universidades, a partir daí as fontes de recrutamento se ampliaram e os assistentes

sociais passam a ser oriundos, em sua maioria, dos setores médios urbanos. Nesse momento, as pessoas interessadas passaram a buscar o curso com intuito de elevar-se socialmente e obter meios de sobrevivência por meio de uma atividade remunerada.

Todavia, Iamamoto e Carvalho (2009) compreendem que esse fator não é suficiente para explicar a procura do curso de Serviço Social na atualidade, pois em relação a outras possibilidades profissionais, essa profissão apresenta um status e um reconhecimento social que foi fragilizado, pois vem oferecendo, quase sempre, baixas condições salariais àqueles que objetivam obter vantagens econômicas por intermédio da profissionalização. Para os autores supracitados, há outro fator importante sobre essa questão:

[...] busca-se também uma profissão que veicule vantagens simbólicas, no campo da "solidariedade humana", da "realização pessoal", da oportunidade de realizar uma "vocação", inspirada em motivações religiosas ou claramente políticas. Trata-se de uma profissão que incorpora a mística do "servir", da ajuda, guiada por valores "nobres" e altruístas, de caráter não-utilitário. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 48)

Assim sendo, é possível identificar nos dias de hoje que os motivos que levam à procura da profissão de Serviço Social não é somente a necessidade de incorporação ao mercado de trabalho, mas também à questão da realização de um ideal guiado pela vocação pessoal que se forma em valores altruístas associados à ideia de "servir ao outro".

Ortiz (2007) também explica que a permanência de traços conservadores tanto nas ações como no discurso de parte da categoria profissional contribui para a fragilidade na percepção por parte do profissional da sua condição de trabalhador assalariado, gerando uma série de dificuldades, como aponta:

Essa insígnia do despojamento que marca o profissional pode contribuir, ainda, para embaçar na e para a sua consciência as reais implicações de sua condição de trabalhador assalariado, fragilizando a luta sindical, o processo de organização da categoria profissional, pela defesa de seus direitos trabalhistas e reivindicações salariais. (IAMAMOTO 1992, p.85)

Trata-se, pois, de uma atividade profissional socialmente determinada pelas circunstâncias sociais, de ordem objetiva, que traz implicações ao desempenho profissional e na direção social deste. Do mesmo modo, a realidade vivida e representada pelos profissionais e seu discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional incidem, sobretudo, no processo de (des)construção da imagem do Serviço Social.

CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O ponto de partida da nossa análise é a compreensão de que o Serviço Social é uma profissão de caráter histórico, que existe como resposta às necessidades sociais objetivas produzidas no tecido das relações entre as classes sociais, tanto no âmbito do arrolamento entre o capital e o trabalho, quanto entre o Estado e a sociedade civil.

Isso implica dizer que para analisarmos essa profissão, como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas, necessário se faz entendê-la como prática profissional polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, “não podendo ser pensada fora dessa trama, cujas circunstâncias imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 75).

O presente capítulo objetiva construir essa trama de relações em que perpassa a emergência do Serviço Social brasileiro, na particularidade de sua institucionalização e legitimação profissional junto às diferentes classes sociais e ao Estado. Nessa abordagem, salientamos que essa profissão emerge na sociedade capitalista, no contexto do capitalismo monopolista, sendo um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o apoio da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social.

2.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil: institucionalização e legitimação da profissão

No Brasil, a emergência do Serviço Social ocorreu em meados da década de 1930 do século XX em que, do ponto de vista mundial, constata-se o fortalecimento do capitalismo na sua fase monopolista. Nesse contexto, o Estado passa a intervir sistematicamente nas refrações da “questão social” por meio de políticas públicas, instituindo os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Sua emergência também está vinculada ao amplo movimento social que a Igreja Católica desenvolve para garantir e avançar a ideia de “recristianização da sociedade” e de reforma

social como forma de enfrentamento da “questão social”, bem como de restauração dos seus privilégios e hegemonia política e religiosa, o que a levou posteriormente a atuar na formação do Serviço Social, dando-lhe suporte doutrinário e prático.

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na constituição/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2010, p. 6).

Durante o referido período se fixava o projeto reformista-conservador ligado diretamente ao processo de consolidação do capitalismo no país. O referido projeto tinha como objetivos [...] “modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista mundial; e, conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora” (ORTIZ, 2010, p.116).

Assim, a partir dos anos de 1930 há a consolidação de um pólo industrial no Brasil, associada às novas relações entre o capital e o trabalho. Simultaneamente registrou-se um aumento da taxa de crescimento da população e de urbanização, a concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, e aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a “questão social”. A "questão social" funda-se na exploração do trabalho pelo capital, na sociedade capitalista como informa Iamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

Com base nessas afirmações, conclui-se que, “questão social” diz respeito ao conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre as classes

sociais, cujas relações são conflituosas – dada a desigual posição entre capitalistas e trabalhadores na estrutura social.

A partir dessas mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora no início do século passado, abre-se o debate sobre a “questão social” em toda sociedade, fazendo com que o Estado, a Igreja e a burguesia se unam no intuito de coibir as reivindicações dos trabalhadores e manter a ordenação societária vigente.

[...] o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. (NETTO, 2011, p.44).

As primeiras formas de enfrentamento da “questão social” por parte do Estado se deram por meio de medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. “Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais.” (YAZBEK, 2010, p. 6). Era preciso, pois, regular as tensões e os conflitos para manter a ordem, uma vez que as reivindicações da classe trabalhadora apareciam como ameaça à ordem burguesa.

Todavia, o Estado precisou reconhecer que não era mais possível dominar pela repressão e coerção, uma vez que este tratamento gerava conflitos e interferia de maneira negativa no processo do desenvolvimento industrial e urbano e na acumulação capitalista. Diante dessa situação, era necessário um acompanhamento sistematizado por parte do Estado junto aos trabalhadores para impedir que as contradições geradas entre o capital e o trabalho ameaçassem a ordem burguesa.

No desempenho de suas funções de defender a ordem burguesa, o Estado reage à força de trabalho organizada e enfrenta os movimentos operários. Nisto reside a própria funcionalidade do Estado ao ordenamento social burguês [...] Para cuidar da reprodução da força de trabalho exige-se um Estado capaz de implementar políticas sociais para a reprodução física e ideológica da força de trabalho. (GUERRA, 2005, p.8).

Diante dessa conjuntura tornava-se necessária a construção de uma nova configuração do espaço público-estatal, delineando, assim, novos papéis e funções

para o Estado. Dentre esses novos papéis e funções, o Estado passa a intervir sistematicamente nas refrações da “questão social” mediante políticas sociais de cunho controlador, assistencial e paternalista. “Nesse âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 2011, p.74) diante dos efeitos negativos da “questão social”.

Deste modo, é no marco do capitalismo monopolista, num período de maior intensificação do enfrentamento das sequelas da “questão social”, que o Serviço Social surge como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. O Serviço Social passa então a responder simultaneamente às demandas do capital, que demanda seu trabalho e dos trabalhadores respondendo às demandas apresentadas por esta classe.

Nesse cenário, a Igreja Católica une-se “[...] ao Estado pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social se mobilizará para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO 2009, p. 159). Por meio do seu movimento laico a Igreja Católica passou a assumir o enfrentamento das refrações da “questão social”, tendo em vista a recristianização da classe trabalhadora. A “questão social” era vista por parte desta instituição, como sendo uma questão puramente moral e religiosa, cuja perspectiva será absorvida pelo Serviço Social brasileiro.

No entanto, conforme Aguiar (2011), esse interesse por parte da Igreja na verdade se justificava pela perda de poder que a mesma vinha sofrendo desde a República Velha. Isto é, como no Brasil a “questão social” atingia patamares insustentáveis, e a Igreja, tendo perdido poder desde a proclamação da República, preocupa-se em encontrar o seu espaço, o seu lugar dentro da nova ordem, buscando assim formas de aproximação com o Estado.

O movimento laico católico atuará a princípio por meio de instituições assistenciais como a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo junto às vilas operárias e ao proletariado com intuito de atenuar as sequelas do desenvolvimento capitalista, priorizando

nesse atendimento mulheres e crianças. A partir da estruturação e organização política desse movimento se dará a criação da Ação Católica e seu desenvolvimento levará ao surgimento, durante a década de 1930, das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), instituição que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social no país. Desse modo, a Igreja Católica torna-se relevante na abertura das primeiras escolas de Serviço Social: a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937, sendo essas duas escolas as pioneiras.

Os referenciais guias do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua base na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): tomismo e neotomismo, que estavam centrados em uma concepção conservadora restrita a questões morais e pessoais do indivíduo.

Essas escolas de Serviço Social apresentavam alguns critérios para matricular-se no curso. “Assim sendo, eram solicitados diversos critérios aos candidatos, entre eles: ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário; apresentação de referências de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 221). Além disso, a formação dos(as) Assistentes Sociais nesse período se pautava nos seguintes aspectos: científico e técnico, moral e doutrinário, com ênfase na formação moral e doutrinária do agente (Ibidem, 2009). Tais exigências se davam porque se acreditava que para ser assistente social, o candidato deveria possuir as seguintes características:

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber

conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 221).

Diante do exposto, fica evidente que essas características exigidas para os futuros assistentes sociais eram atribuídas ao perfil feminino, pois nesse período, a mulher era vista como quem possuía uma formação moral para as tarefas educativas, conforme aponta Barroco:

A formação da moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões morais conservadoras, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais (BARROCO, 2010, p.78.).

Dessa forma, as assistentes sociais deveriam seguir um posicionamento moral adequado, no qual sua prática profissional reproduzisse sua função educativa moralizante para que pudesse manter afastado qualquer tipo de transformação que colocasse em perigo a coesão social, a propriedade privada e a instituição familiar.

Mediante a supervalorização destes parâmetros morais, o Estado realizou e concretizou o projeto reformista-conservador, sob a égide do capitalismo monopolista internacional de enfrentamento das expressões da questão social, por meio de uma atuação moral visando à despolitização desse fenômeno enquanto expressão da luta de classes, responsabilizando assim os indivíduos pela sua condição de pobreza. Consequentemente, as lutas políticas da classe trabalhadora passaram a ser identificadas como sinais de desordem e, por isso, deveriam ser evitadas e combatidas. Do mesmo modo, as expressões da questão social, como o desemprego, a miséria, entre outras, também eram vistas como problemas sociais de ordem moral, responsabilizando os indivíduos pela sua existência e persistência.

A partir desses pressupostos de compreensão moral conservadora de sociedade, a ação das primeiras Assistentes Sociais passa a ser uma ação ideológica através da educação moral dos trabalhadores com o objetivo de ajustá-los ao meio, mediante o uso de uma pedagogia psicossocial com fins a proporcionar o equilíbrio da ordem sem levar em conta as bases materiais e a correlação de forças existentes na sociedade. Desse modo, o Serviço Social se autorreconhece, portanto, como um promotor do “bem comum” que intervém de forma moralizadora,

individualista e psicologizante nas sequelas da “questão social”, compreendendo-as como “problemas sociais” numa perspectiva de desajustamento (BARROCO, 2010), contribuindo para a operacionalização de um ethos profissional acrítico.

Na sequência histórica, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 1940 e início da década de 1950, há a implantação e o desenvolvimento das grandes instituições sócio-assistenciais geridas ou subsidiadas pelo Estado. A partir de então, se criarão as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social, permitindo que o Serviço Social assumira um lugar no quadro das profissões justificada e legitimada. (YAZBEK, 2010).

Nesse cenário, o Estado brasileiro, influenciado pela teoria da modernização passa a ampliar sua intervenção na questão social, ao focar a perspectiva de integração das massas marginalizadas na política de modernização do país. Isso vai requisitar novas competências ao Serviço Social que irá buscar uma nova (re)orientação profissional, a fim de acompanhar o desenvolvimento do sistema que começava a efetivar com maior ênfase a execução das políticas sociais. Assim, o Serviço Social brasileiro começa a ser tecnificado ao entrar em contato com o modelo norte-americano de formação, introduzindo na sua constituição o pensamento conservador e positivista.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista. (YAZBEK, 2010, p. 9)

Esse processo é intitulado por Yamamoto (1992, p. 21) como “arranjo teórico-doutrinário” e se caracteriza pela junção dos aportes da doutrina social da igreja com o “suporte técnico científico” de inspiração na teoria social positivista. Nesse momento ocorre uma adaptação do discurso cristão ao pensamento positivista, ou seja, apesar de terem incorporado as técnicas norte-americanas na sua intervenção no espaço de trabalho, os assistentes sociais ainda vão carregar do ponto de vista ideológico o discurso humanista cristão que preserva objetivos altruístas e a vocação para servir.

No que se refere à atuação profissional, esta estava voltada muito mais para às questões de atendimento imediato e fragmentado, num nível de intervenção microsocial, conduzindo suas ações para que seus “clientes” se enquadrassem na sociedade por meio dos “ajustes necessários” para a conservação da ordem estabelecida.

Perfazendo uma análise desse período sócio-histórico, Ortiz (2007) constata que até este momento, a imagem socialmente vigente e a auto-imagem da profissão se conectavam por traços particulares. Ou seja, tanto o plano da formação, quanto o do exercício profissional eram embasados por princípios conservadores e justificadores da ordem social burguesa. No entanto, a referida autora aponta que, a partir de meados dos anos 1960, esta conexão entre a imagem socialmente vigente e a auto-imagem de seus profissionais começa a se abalar. Nas décadas seguintes, principalmente os anos 1980 e 1990, inicia-se um amplo processo de negação das “marcas de origem” da profissão e novos traços passam a compor a auto-imagem profissional, estruturada agora em um determinado perfil profissional comprometido com as interesses das classes subalternas.

Vejamos a seguir a abordagem sobre o início do questionamento do Serviço Social aos referenciais conservadores da sua formação e prática profissional, os quais se realizam na “[...] apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social.” (YAZBEK, 2010, p. 6). Esse processo de crítica da profissão expressará suas inquietações e insatisfações no curso deste momento histórico que se caracteriza pela expansão do capitalismo mundial, o qual imporá aos países da América Latina, especialmente ao Brasil, um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

2.2 O Serviço Social brasileiro e o processo de renovação: movimentos, redefinições e a emergência de novos referenciais.

A partir de 1964, com a eclosão da Ditadura Militar no Brasil, novas demandas foram apresentadas pelo capitalismo monopolista proporcionando a adequação do poder do Estado às novas necessidades do processo de acumulação do capital. O Estado ditatorial passou a ter como finalidade assegurar o modelo de desenvolvimento dependente. Para isso, foi criado um contexto legal e institucional

para concentrar e centralizar a produção com o objetivo de acumular capital, num modelo que privilegiava o capital estrangeiro e determinados grupos nacionais. Para dar conta dessa meta, o regime militar instaurou no Brasil o chamado modelo desenvolvimentista dependente, vinculado a um projeto de modernização conservadora.

Neste contexto há um aumento excessivo da desigualdade social e da pobreza devido ao desemprego e aos baixos salários e concentração de renda, ocasionando o agravamento das expressões da “questão social”. Como estratégia de minimizar essas consequências e evitar uma possível manifestação, o Estado passa a intervir na “questão social” a partir do binômio repressão/assistência em meio a um conjunto de políticas centralizadas, burocráticas e autoritárias. Consequentemente, a demanda por assistentes sociais cresce, ampliando-se o campo de atuação profissional e colocando-se novas requisições, em especial, para essa categoria profissional. Além disso, nesse momento, o Serviço Social adentra no circuito da universidade e aumenta o número de cursos na área.

Diante das novas demandas postas pela conjuntura político-econômica do país, o Serviço Social vai buscar uma nova reorientação profissional a fim de fornecer respostas profissionais que dessem conta dos novos desafios propostos. Esse repensar acaba trazendo para o interior da profissão grandes questionamentos sobre as práticas tradicionais realizadas. Deste amplo processo de questionamentos surgiu o processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação [...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. (YAZBEK, 2010, p. 6-7).

Vale destacar que, esse processo não aconteceu de maneira isolada, mas vinculado às determinações da conjuntura sociopolíticas da América Latina nos anos de 1965 a 1975 – o chamado movimento de reconceptualização (ou reconceituação) do Serviço Social (NETTO, 2010). Esse movimento propunha a ruptura com o Serviço Social tradicional e se baseava na luta por transformações na estrutura

capitalista. Para o citado autor, tal movimento foi de extrema importância para o que ele intitula de “renovação do Serviço Social brasileiro”, compreendido como:

O conjunto de características novas que, no marco das construições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e de sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2010 p. 131).

Desse processo destacam-se três diferentes tendências no interior da profissão, com visões de mundo e fundamentação teóricas distintas. Estes são denominados por Netto (2010) como: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

A vertente modernizadora, conforme Netto (2010) é a primeira perspectiva a ser formulada e tinha como característica tornar o Serviço Social um instrumento estratégico ao desenvolvimento capitalista. Seu marco principal encontra-se nos resultados formulados nos Seminários de Teorização de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), ambos realizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais).

O principal articulador da formulação da vertente modernizadora foi José Lucena Dantas. Foi ele que enfatizou a metodologia da ação profissional e buscou atribuir à profissão certo nível de cientificidade. O autor também contribuiu para impulsionar a adequação do Serviço Social à política desenvolvimentista do Estado autocrático burguês.

Esta vertente fundamentava-se no estrutural-funcionalismo norte-americano e tinha em seu discurso ideológico a noção de desajustamento e de adaptação, conforme se pode identificar no Documento de Araxá: “O Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas”. (CBCISS *apud* NETTO 2010b, p. 167).

Segundo o autor, apesar de ter sido um avanço por proporcionar um redirecionamento à profissão substituindo o referencial doutrinário por um aparato teórico-metodológico apropriado das ciências humanas e sociais, não há

rompimento com o padrão tradicional. Em vista desse entendimento, modifica-se o referencial teórico, mas acabam resgatando do Serviço Social tradicional as formas de intervenção: Caso, Grupo e Comunidade, ou seja, moderniza conservando.

No final da década de 1970³, o modelo econômico desenvolvido pelo Estado ditatorial entra em crise. Como resultado, a Perspectiva Modernizadora começa a enfraquecer-se no que se refere à hegemonia exercida. Com isto, a perspectiva de Reatualização do Conservadorismo passa a ganhar força com o início da crise da autocracia burguesa. Tal vertente se caracteriza pelo discurso da negação de qualquer aproximação com o referencial teórico positivista e marxista.

De acordo com Netto (2010), foi no marco do Seminário de Teorização de Sumaré (1978) e no o Seminário de Teorização do Alto da Boa Vista (1984) que emergiu a perspectiva da reatualização do conservadorismo. Essa vertente teve como expoente a docente Ana Augusta de Almeida que inspirada na fenomenologia criou a metodologia dialógica.

A referida autora apresentou como nova proposta de atuação profissional a tríade “diálogo, pessoa e transformação social cuja articulação e implementação constituem propriamente a metodologia profissional, posto o Serviço Social no escaninho da ajuda psicossocial”. (NETTO 2010, p. 241). Esta vertente fundamentava-se no pensamento fenomenológico trazendo consigo o entendimento de ajuda psicossocial como forma de intervenção. No entanto, de acordo com Netto (2010), não se recorreu às fontes originais de pensamento, ou seja, há um empobrecimento teórico e crítico dos grupos fenomenológicos.

Além disso, Netto (2010) afirma que essa vertente recupera valores universais e princípios básicos do Serviço Social tradicional como a individualização, promoção do indivíduo, autodeterminação, entre outros. Desse modo, ela é analisada como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão.

No que diz respeito a vertente da Intenção de Ruptura, emerge:

³ Os anos da década de 1970 configuram-se como um momento de desencadeamento de mudanças para o Serviço Social, a conjuntura marcada pela distensão e abertura possibilita a crítica e ressurgimento dos movimentos sociais em prol da redemocratização do país. Esta condição contribuiu fortemente para mobilizar os Assistentes Sociais a questionar as posturas decorrentes do pensamento tradicional conservador, os pressupostos de neutralidade ética e às práticas assistencialistas, presentes nas bases de origem da profissão.

[...] no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta – sua formulação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais –, esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais [...]. (NETTO, 2010, p. 247).

O suporte teórico-metodológico que se assenta a perspectiva de Intenção de Ruptura é a vertente marxista, “[...] remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx.” (YAZBEK, 2010, p. 9). Nesse sentido, embora não abstraída de problemas no seu escopo, essa última perspectiva do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro experimentou um desenvolvimento diverso daquele que registramos nas vertentes anteriores.

As interpretações distorcidas das fontes marxianas, segundo nos explicita lamamoto (1992, p. 114-116), resultou na manifestação do *messianismo utópico*, traduzido numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. Ambas as posturas, tornaram-se prisioneiras de uma análise de prática social que não dava conta da historicidade do ser social, gestada na sociedade capitalista. Em contraposição, a essa visão heroica emerge as posturas expressivas do *fatalismo*, inspirados em análises que naturalizavam a vida social, traduzida numa visão “perversa” da profissão, sendo esta, fluentemente subordinada à ordem (natural e perene) do capital, restando apenas aperfeiçoar formal e burocraticamente as suas tarefas.

Essencialmente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social não se dá sem incontáveis problemas, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalismo) presente no “marxismo” althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 1960/70, um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão). (YAZBEK, 2010, p. 9)

2.3 O Serviço Social brasileiro e as atuais tendências na cena contemporânea

Na transição da década de 1970 para a década de 1980, o Brasil vivenciava o período de crise da ditadura militar acompanhada de rearticulação política dos Movimentos Sociais na luta pela redemocratização do país. Em meio à efervescência dessas lutas sociais, há o encontro do Serviço Social com a teoria marxista, via influência da vertente de Intenção de Ruptura, o que trouxe novas direções para a profissão, especialmente, no decorrer dos anos 1980. Além disso, houve uma vinculação da profissão com a luta da classe trabalhadora. A articulação desses dois acontecimentos culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o Congresso da Virada realizado no ano de 1979 em São Paulo.

Este evento foi um marco na época, pois representou a mudança de posicionamento ético-político do Serviço Social, o que acarretou rompimento com o histórico conservadorismo da profissão, assinalando a construção de um novo projeto profissional comprometido com a luta da classe trabalhadora e vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem social.

A partir de 1980, o Brasil passou por um processo de reabertura democrática após 21 anos de ditadura, o que favoreceu a efervescência dos movimentos sociais e sindicais que passaram a exigir do Estado melhorias nas condições de vida e de trabalho da população, e propondo mudanças nas relações políticas e sociais.

Envolto pelas mudanças ocorridas nesse período, o Serviço Social dá início a sua acumulação teórico-metodológica baseada no referencial marxista, vestindo-se de uma configuração totalmente distinta de sua trajetória sócio-histórica. Tal base teórico-metodológica foi sugerida para fundamentar a prática profissional por entender que ela é capaz de explicar a sociedade capitalista em sua totalidade, mostrando as problemáticas na sua essência, nesse sentido, seria ela que melhor explicaria os desdobramentos sociais, permitindo ao Serviço Social compreender a “questão social” e chegar às raízes dos fenômenos, desmistificando a ideia de que o sujeito era culpado pelas condições de vida a que estava submetido. Além disso, o Serviço Social passou a ser compreendido como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Esse salto qualitativo experimentado pela profissão nos anos 1980 permitiu a construção de uma nova auto-imagem da mesma: “[...] trata-se agora de se conceber a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e seus sujeitos profissionais como assalariados [...]” (ORTIZ, 2010, p. 192).

A referida autora ainda informa que como consequência desse autorreconhecimento do assistente social como força de trabalho assalariada, estão postas as condições para a construção de uma nova auto-imagem profissional cujos traços essenciais se contrapõem à imagem social tradicional da profissão.

Vale lembrar que esse período também marcou a passagem da subalternidade da profissão no campo da pesquisa e da produção do conhecimento, e foi marcado por rupturas e continuidades. Todavia, foi por meio desse movimento que o Serviço Social rompeu formalmente com o tradicionalismo conservador.

Como parte desse rompimento, temos o processo de iniciação da produção de conhecimento na área de Serviço Social, que teve lugar com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e, especificamente, em Serviço Social. A produção de conhecimento vai representar para o Serviço Social a tomada de consciência da necessidade de reconhecer a vinculação orgânica entre prática profissional e prática de pesquisa como forma de se manter em estreita relação com o contexto histórico. Além disso, lembremos que a superação da suposta ideia de neutralidade da ação profissional, amplamente defendida dentro da concepção tradicional, só foi possível com o reconhecimento da dimensão política⁴ no Serviço Social, fruto de todo um processo de análise de suas formas de inserção e do seu papel social.

Ao longo de sua trajetória histórica, de produção teórico-metodológica e ético-política, o Serviço Social tem assumido diferentes construções, as quais conduziram à prática profissional em distas direções. As diferentes construções que começam a emergir no debate teórico e no desenvolver de pesquisas são acompanhadas de significativas mudanças nas instâncias organizativas e nos fóruns coletivos da categoria dos Assistentes Sociais.

⁴ A dimensão política da prática do Serviço Social só ganhou visibilidade durante o processo de ruptura vivenciada pelo Serviço Social, com a participação da profissão no debate teórico-metodológico inspirado na matriz marxista.

Esses fóruns são constituídos pelos congressos, convenções, oficinas e encontros nacionais e regionais e são organizados e promovidos pelas entidades de ensino, pesquisa e regulação profissional, tais como: ABESS, (hoje ABEPSS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o CFAS (hoje CFESS/Conselho Federal de Serviço Social), o CRAS (hoje CRESS/Conselho Regional de Serviço Social) alguns destes remontam a 1946, ainda que tenham passado por reestruturações internas e recebam hoje novas denominações.

Logo, em 1986, há o processo de reformulação do Código de 1975 que resulta na aprovação e publicação do Código de 1986 que, por sua vez, objetivou construir uma nova concepção ética profissional do Serviço Social apoiada no compromisso com a classe trabalhadora (Barroco 2010). No entanto, conforme a mesma autora, o referido Código apresenta uma concepção ética mecanicista e idealista, pois, vincula o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer as devidas mediações dos valores próprios à ética.

Vale ressaltar que, é nos anos 1990 que no Código de Ética de 1993, foi assegurada a manutenção da direção política presente no Código de 1986, superando, no entanto, alguns equívocos teórico-políticos e limitações normativas e operacionais. O Código de 1986 significou uma importante ruptura com as perspectivas éticas conservadoras que fundamentavam os códigos anteriores (1947, 1965, 1975). Sob esse enfoque, o que diferencia o Código de 1993 do de 1986 é que, no atual, são construídas mediações para expressar a vinculação do projeto profissional a um projeto societário. Nesse sentido, há a defesa de que “o projeto de transformação mais geral deve ser encaminhado em outros espaços que não exclusivamente, o das práticas profissionais, ou seja, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos”. (SILVA e SILVA, 1995, p. 142).

No que tange à sociedade como um todo, ressaltam-se as conquistas sociais e políticas dos anos 1980, advindas principalmente da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), conhecida como Constituição Democrática, a qual contou com a participação de movimentos sociais que puderam de alguma maneira apresentar suas necessidades e perspectivas. A promulgação dessa constituição estabeleceu uma nova conjuntura no país, dado que, pela primeira vez na história do Brasil os direitos sociais passaram a ser reconhecidos e entendidos como dever do Estado constitucionalmente.

Esta fase democratizante contribuiu para que na década seguinte o intitulado Projeto Ético-Político Profissional conquistasse sua hegemonia no interior da profissão. Apesar de ter sido construído na passagem da década de 1970 para a de 1980, o referido projeto recebe a nomenclatura de Projeto Ético-Político do Serviço Social somente a partir da década de 1990.

Esse projeto se caracteriza por uma perspectiva de ruptura com o Serviço Social anteriormente estabelecido no país e a busca por novos valores, vinculados a um projeto de sociedade compromissado com a democracia, a liberdade e a justiça social. Para tanto, apanha novos aportes teóricos e metodológicos que culminam com uma nova visão da profissão em vários aspectos, como sua relação com a realidade, sua trajetória histórica e sua relação com os empregadores e usuários (NETTO; CARDOSO apud MATOS, 2003, p. 96).

O projeto profissional do Serviço Social, nesta denominação de “ético-político”, é estruturado pelo compromisso com a autonomia, a emancipação e pela expansão dos indivíduos sociais. Vincula-se também a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. O referido projeto afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2009).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é constituído, basicamente, pela seguinte tríade: a Lei da Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), o Código de Ética do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares da formação em Serviço Social (1996). Está firmado numa direção ético-política que estimula a categoria a desenvolver

[...] uma atuação profissional mais crítica, vinculada aos movimentos sociais em prol da busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso à riqueza socialmente produzida (GUERRA, 2005, p. 09-10).

Em outros termos, o conteúdo desse Projeto apresenta para a categoria uma direção profissional clara de uma vertente crítica e instigante. Portanto, dotada de referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo crítico, que visa à

defesa permanente dos direitos sociais e humanos, apreendidos como conquista dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo.

Segundo Ramos (2002, p. 92), a “denominação ético-política, presente no projeto profissional, não se fundamenta em uma visão mecanicista, como se o projeto profissional tivesse condições para ocupar o lugar de um projeto societário.” O termo projeto ético-político profissional expressa a existência, neste projeto coletivo, de uma nítida *dimensão ética*, na medida em que convoca os profissionais de Serviço Social a refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isso, este projeto vincula-se a defesa de determinados valores e princípios éticos identificados com a busca da emancipação humana. Além disso, apresenta uma clara *dimensão política*, que se constrói no bojo das relações sociais, no movimento das classes sociais, considerando-se as opções políticas subjetivas e a construção de estratégias no campo democrático-popular, estabelecendo, no entanto, um conjunto de mediações no âmbito profissional.

Contudo, observemos que, ao longo dos anos 1980/90, nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, acompanhado pelo neoliberalismo e seus ajustes, foram anos adversos para o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Dentre as transformações em curso na ordem capitalista, o processo de reestruturação produtiva, entendido como processo que alterou o padrão de acumulação do capital, a partir de uma significativa rearticulação de forças político-econômicas e de transformações técnicas, constituiu-se como um conjunto de mudanças nas organizações econômicas e sociais, efetivadas no interior do padrão convencional da produção de massa. Esse fenômeno está inserido no mecanismo de globalização da economia, entendido como um conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento e generalização mundial do padrão capitalista dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Também merece destaque a consolidação do correlato Projeto de Estado Neoliberal, que expressa e concretiza as determinações da reestruturação no campo político e ideológico de perspectiva conservadora do capital. “Estes elementos indissociáveis compõem o Projeto Societário comandado pelo grande capital, que vem interferindo na organização da sociedade e no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado.” (MAMEDE, 2009, p. 17).

Diante desse contexto, têm-se a configuração de um novo perfil para a questão social e para as políticas sociais, além da precarização do trabalho, da insegurança e da vulnerabilidade do trabalho. Tudo isso põe novas exigências e problemáticas para o Serviço Social, quer do ponto de vista da sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos.

Colaborando com essa reflexão, Montaño (2006, p. 143-144) explica que, “o fato do assistente social estar no contexto das contradições e dos conflitos entre classes (o que não significa que possua um papel “mediador” entre elas) faz deste profissional, particularmente, um ator essencialmente *político*.” Político (não partidário) no sentido de participante desta *relação conflituosa entre as classes*. Relação (onde atua o assistente social) que se expressa de várias formas: déficit de consumo, incapacidade de acesso a determinados bens e/ou serviços, questões salariais, desemprego, discriminação (de todas as formas: sexual, de gênero, étnica e racial, xenofobia, etária, etc.), mortalidade, dependência química, entre tantas outras manifestações da “questão social”. Desse modo, a falta de visão de tal situação certamente vem para reforçar (inclusive de forma inconsciente) a situação existente e os interesses das classes dominantes (que direta ou indiretamente se apresentam como empregadoras do profissional). Faz-se necessário, então, tornar explícito o compromisso ético-político através da defesa dos valores do trabalho – trabalho emancipado do capital, contra a exploração e a dominação do homem sobre o homem – e da defesa dos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras e pelos setores subalternos – direitos trabalhistas, sociais, políticos e de cidadania.

Nesse sentido, a direção profissional dada no cotidiano da prática dos(as) Assistentes Sociais passa a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com o atual Projeto Profissional Ético-Político para dar concretude às bases da defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social.

De acordo com Ortiz (2010), a auto-imagem progressista do Serviço Social, visível no projeto profissional que atualmente norteia a profissão, não significa que tenha eliminado os traços daquela imagem socialmente consolidada no conservadorismo. Há, na verdade, uma *tensão* entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho, e outros novos, emergentes do salto qualitativo

experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. Esta tensão, marcada por continuidades e rupturas, atravessa a imagem da profissão, configurando-a enquanto uma totalidade constituída dialeticamente por uma dupla face: a imagem social e a auto-imagem profissional, diversos lados da mesma unidade: a imagem da profissão.

Com respaldo nessa argumentação, finalizamos com a compreensão de que a imagem atual da profissão de Serviço Social é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde o surgimento da profissão) e outros considerados novos e advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão no Brasil nas últimas décadas. Observa-se, pois, a existência de uma tensão entre tais elementos constituintes da imagem social da profissão, bem como da autoimagem profissional. Conclui-se que, de fato, o Serviço Social brasileiro possui hoje uma imagem renovada, na qual há o convívio dialético entre traços novos e tradicionais.

As polêmicas, os debates, as produções teóricas, a correlação de forças internas da profissão, que agrupam tendências e perspectivas de conservação e mudanças, marcam o processo de (re)construção de um projeto ético-político profissional hegemonicamente aceito no seio da categoria, e legitimado socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção desse estudo analítico-crítico foi possível compreender que a imagem social de uma profissão se refere à imagem que a profissão tem construído ao longo dos anos diante da sociedade, dos órgãos empregadores e dos indivíduos que recebem seus serviços diretamente. Por isso, deve ser apreendida como uma expressão coletiva, pois surge através da forma como os sujeitos em geral entendem, explicam e representam a profissão. A auto-imagem, por sua vez, caracteriza-se pela auto-percepção que os sujeitos profissionais possuem da profissão e de si mesmos. Atualmente no Serviço Social se expressa, de modo hegemônico e não homogêneo, no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Diante desses pressupostos, permite-nos apontar a evidência de uma nova imagem da profissão: um Serviço Social identificado com a defesa dos direitos e parâmetros de uma direção social estratégica não conservadora e anticapitalista. Desse modo, é explícita a tarefa constante de enfrentar os desafios provenientes dessa autoimagem de caráter progressista, que questiona e problematiza seu papel na sociedade, tendo em vista assumir perfis mais críticos e comprometidos com os interesses dos trabalhadores e dos setores subalternos.

A partir das discussões levantadas, pode-se também desvendar que a particularidade da imagem do Serviço Social brasileiro consiste em um processo constante de (re)construção e tensionamento que reflete traços advindos de diferentes projetos e perfis profissionais em disputa. Pois, os membros do corpo profissional constitui um universo heterogêneo, formado por indivíduos diferentes detentores de posições e expectativas sociais distintas, comportamentos e escolhas teóricas, ideológicas e políticas variadas.

Por ser uma profissão dinâmica inserida no próprio movimento da sociedade junto às classes que a compõe, o Serviço Social é produto sócio histórico desse movimento, sendo, portanto, necessário acompanhar e desvendar os novos espaços de atuação que emergem como possibilidades de intervenção sobre uma dada realidade social concreta.

No contexto atual em que são predominantes os ajustes neoliberais impostos ao mercado de trabalho, às políticas sociais e ao arcabouço jurídico-político dos direitos sociais, acirrados no Brasil desde a década de 1990, têm requisitado ao

Assistente Social uma visão e atuação crítica da(e na) realidade. Uma vez que, as políticas sociais – espaços de atuação do Assistente Social – têm perdido o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessão do Estado e do capital, reproduzindo a “ideologia do favor”, (des)qualificadas por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia.

Esta lógica reprodutora e atualizadora do conservadorismo têm naturalizado as desigualdades sociais; transformado os usuários (portadores de direitos) em beneficiários e assistidos pelas políticas sociais e/ou programas compensatórios; assim como têm ocultado o protagonismo das classes trabalhadoras no cenário de lutas políticas.

Isso tudo tem demandado para o Assistente Social ir além do exercício focado no imediatismo, nas funções pontuais e inoperantes da burocracia e de práticas repetitivas a-críticas. Para tanto, faz-se necessário um permanente investimento no processo de qualificação profissional e apreensão investigativa da realidade concreta e das mudanças sociais em movimento, para identificar novas possibilidades de intervenção, de desenvolvimento de novas competências e habilidades para atender as diferentes demandas postas à profissão.

Das proposições dos estudos dos principais autores recorridos pela análise acerca da imagem e da autoimagem do Serviço Social, salienta-se que a imagem do Serviço Social, atualmente, é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde a emergência da profissão no Brasil) e outros considerados novos e advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão nas últimas décadas. Com efeito, observa-se a existência de uma tensão entre tais elementos constituintes da imagem social da profissão, bem como da autoimagem profissional. Conclui-se que de fato o Serviço Social brasileiro possui hoje uma imagem renovada, na qual há o convívio dialético entre traços novos e tradicionais. (Ortiz, 2007).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Sandra Ferreira. **Escola: as imagens que as representações sociais revelam.** (Tese). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. São Paulo: PUC, 2005.

Disponível

em:

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/23/TDE-2005-05-16T09:50:33Z-834/Publico/tese.pdf>. Acesso em: 05 mai.2014

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AURÉLIO, **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3ª.ed. São Paulo, Positivo, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M.V.;CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica.** 29. Ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4. Ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

MAMEDE, Eliane Leite. **A direção ético-política da prática do assistente social: uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa: UFPB, 2009.

Disponível em:
<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=414>. Acesso em:
12 mar. 2015.

MATOS, Maurílio Castro. O debate do Serviço Social na Saúde nos Anos Noventa. In: **Serviço Social e Sociedade**, v. 74, p. 85-117, Rio de Janeiro, 2003.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, UFSC, n. 2, 2006, p. 141-157.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Mota, E. M. et al (org). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2009, p.141-160.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. **O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2007.

Disponível em:
<<https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-ppgss>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RAMOS, S.R.A. A construção dos projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, n 05, 2002, p.81-94.

SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2010a.

_____.O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2010b.